

CONTRATO Nº 042/2014

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PASSAGEM, QUE ENTRE SI CELEBRAM **SUAPE – COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS** E DO OUTRO LADO A EMPRESA, **TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR**, TUDO NA FORMA ABAIXO DESCRITA.

Aos 13 dias do mês de agosto de 2014, pelo presente instrumento de Contrato de Passagem, **SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS**, empresa pública de direito privado criada pela Lei Nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.448.933/0001-62, localizada no Engenho Massangana, à altura do Km.10, da Rodovia PE-60, no município de Ipojuca, deste Estado de Pernambuco, representada neste ato por seu Diretor Vice Presidente, o Sr. **CAIO CAVALCANTI RAMOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.974.944-82, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE e por seu Diretor de Gestão Portuária, o Sr. **LEONARDO CERQUINHO MONTEIRO**, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.107.614-40, residente e domiciliado na cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE, doravante denominado por **SUAPE**, e do outro lado a empresa **TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S.A. - TEQUIMAR**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Via Matoim, s/nº, Porto de Aratu, Candeias, Estado da Bahia, CEP 43.813-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.688.220/0001-64, igualmente estabelecida na Avenida Portuária, s/nº, Porto de Suape, Ipojuca, Estado de Pernambuco, CEP 55.590-000, por sua vez inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.688.220/0005-98, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, Ricardo Isaac Catran, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº, 597.657.207-34 e portador da Carteira de Identidade nº 3.453.064 IFP/RJ, e pelo Diretor, Helano Pereira Gomes, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 423.159.804-53 e portador da Carteira de Identidade nº 735.951 – SSP/RN, ambos com endereço profissional na Av. Brigadeiro Luis Antonio, nº 1343, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01317-910,, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, conforme o processo protocolado em Suape, celebram o presente contrato de Passagem, conforme previsto na Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, para a utilização de áreas ociosas localizadas dentro do Porto Organizado de **SUAPE**, mediante investimentos para a instalação de infraestrutura adequada a promover o transporte das cargas desde os pontos de desembarque localizados no PGL-1, até as instalações da **CONTRATADA**, conforme documentação pertinente, que embasa o presente contrato **TÊM ENTRE SI JUSTO E ACORDADO**, celebrarem o presente **CONTRATO** mediante as seguintes Cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este **CONTRATO** encontra-se fundamentado na Resolução ANTAQ nº 2.240, de 04 de outubro de 2011, e tem por objeto permitir a utilização de áreas localizadas dentro do Porto Organizado, para a instalação de infraestrutura adequada a promover a movimentação de graneis líquidos desde o PGL1 até as instalações de armazéns/tanques retroportuários da **CONTRATADA**, de conformidade com as exigências estabelecidas neste **CONTRATO**.

1.2. Entende-se aqui como Terminal Tequimar, suas áreas de terreno, tanques, armazéns, equipamentos, sistemas eletrônicos, ramais rododferroviários, conforme disposto na Escritura Pública de Arrendamento lavrada em

Artur Câmara
OAB/PE 28.138
SUAPE

Rodovia PE-60 – Km 10 – Engenho Massangana – Ipojuca – PE – Brasil – CEP 55590-000
Fone: 55 (0) 81 3527-5000 – Fax: 55 (0) 81 3527-4220 – E-mail: suape@suape.com.br - http://www.suape.com.br

Mauro Facco
OAB/PE 28.405
SUAPE



19.12.2002, no 6º Ofício de Notas da Comarca de Recife, referente à Concorrência nº 009/2002 e na Escritura Pública de Arrendamento lavrada em 30.04.2004, no 6º Ofício de Notas da Comarca de Recife, referente à Concorrência nº 003/2002 e seus respectivos complementos, assim como as demais conceituações estabelecidas nos mesmos.

1.3. A área projetada no solo permitido da estrutura de dutos corresponde a 771,85 m² (setecentos e setenta e um vírgula oitenta e cinco metros), constante do memorial descritivo e plantas, que se encontram anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato de Passagem é de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, e desde que haja a manifestação por escrito da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses em relação à data do término do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO E REAJUSTE

3.1. A **CONTRATADA** pagará mensalmente à **SUAPE**, título de remuneração pela Passagem, o valor de R\$ 1.296,71 (hum mil, duzentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), equivalente a R\$ 1,68/m² (um real e sessenta e oito centavos por metro quadrado) – base agosto/2014 – de área projetada no solo público permitido da estrutura de dutos e seus periféricos instalados.

3.2. Os reajustes ocorrerão anualmente com base no índice IGPM-FGV (Índice Geral de Preços-Mercado- da Fundação Getúlio Vargas), no período dos últimos 12 meses, a contar da data da assinatura deste contrato.

3.3. A **CONTRATADA** pagará também à **SUAPE** a totalidade das tarifas que couberem, conforme estabelecido na estrutura tarifária de **SUAPE**, ou a que esta vier substituir.

3.4. O valor do presente contrato, computado para o período de vigência inicial de 15 (quinze) anos é de R\$ 233.407,80 (duzentos e trinta e três mil quatrocentos e sete reais e oitenta centavos) - base agosto/14.

3.5. Os pagamentos devidos pela **CONTRATADA** a **SUAPE** deverão obedecer aos critérios estabelecidos nas Normas de Pagamento de **SUAPE**, sob pena de suspensão dos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - ATRASOS E ANTECIPAÇÕES DE PAGAMENTOS

Sempre que a **CONTRATADA** deixar de efetuar o pagamento de quaisquer dos valores devidos por força deste **CONTRATO**, ficará sujeita ao cumprimento de atualização monetária e das seguintes penalidades a incidir sobre o valor principal:

- a) Multa de 2% (dois por cento);
- b) Juros moratórios de 0,0333% ao dia;
- c) Suspensão dos serviços.

O atraso dos pagamentos implicará, ainda, na inscrição da **CONTRATADA** na relação de inadimplentes com **SUAPE**.

CLÁUSULA QUARTA - DA IMPLANTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

4.1. A **CONTRATADA** apresentou os elementos técnicos das obras e serviços necessários para realizar a presente

interligação, restando somente a autorização do corpo técnico de **SUAPE** e os respectivos licenciamentos previstos para realização da interligação e início das operações.

4.2. Qualquer alteração/modificação do Projeto apresentado, deverá ser submetida à autorização prévia de **SUAPE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – OBTENÇÃO DE LICENÇAS

A **CONTRATADA** é responsável pela obtenção de todas as licenças ambientais perante aos órgãos ambientais que regem e disciplinam a matéria, desde a fase de projetos, passando pela execução das respectivas obras, até a obtenção das licenças de operação, sendo somente possível iniciar cada etapa do empreendimento com o respectivo licenciamento regularizado, bem como das demais licenças e autorizações exigidas pelas normas e regulamentos aplicáveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO – OUTROS REQUISITOS

As instalações deverão ser projetadas obedecendo às normas de segurança constantes do “Manual de Especificações Técnicas sobre Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho” e padrões construtivos e técnicos enquadrados nas Normas, Especificações, Métodos Padronizados, Terminologia e Simbologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Havendo necessidade de demolição de instalações ou remanejamento de equipamentos de **SUAPE** ou terceiros, que porventura estejam interferindo na área projetada, tais ações deverão ser anuídas primeiramente por **SUAPE** e ficarão por conta da **CONTRATADA**, arcando a mesma com todas as despesas de sua efetivação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – OBRAS QUE DISPENSAM AUTORIZAÇÃO

As obras e serviços de conservação, manutenção e reparos para restabelecer as condições iniciais das benfeitorias existentes e a serem construídas na área do Porto Organizado independem da prévia autorização da Autoridade Portuária, bastando simples comunicação prévia.

PARÁGRAFO QUARTO – EXECUÇÃO DE ENCARGOS CONTRATUAIS

É assegurada à **CONTRATADA** a iniciativa de promover a modernização, melhoramento e ampliação das instalações portuárias, mediante aprovação de **SUAPE**.

A **CONTRATADA** se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no todo ou em parte, as obras e serviços que realizar com vícios, defeitos ou incorreções.

A **CONTRATADA** fica obrigada a executar, por sua conta, o isolamento seguro da área objeto deste **CONTRATO**, quando as operações assim o exigirem, a critério de **SUAPE** ou das demais autoridades aduaneiras, aquaviárias, sanitárias, e de saúde, no âmbito de suas respectivas atribuições e competências.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DE SUAPE

5.1. A **CONTRATADA** realizará os investimentos necessários à instalação do sistema de infraestrutura de transporte de cargas, devendo arcar com todos os custos diretos e indiretos referentes à utilização do objeto da Passagem, inclusive as obras de implantação de manutenção e conservação, sendo a legal e financeiramente

responsável por todas as obrigações contraídas, com quem quer que seja, para a execução de serviços decorrentes da utilização, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros.

5.2. As instalações devem ser conservadas, modernizadas, aparelhadas, ampliadas e exploradas pela **CONTRATADA** no período do **CONTRATO**.

5.3. Sempre que houver investimentos, obras e/ou benfeitorias em instalações públicas de domínio de **SUAPE**, por parte da **CONTRATADA**, estas, imediatamente após a sua conclusão serão transferidas à **SUAPE** sem quaisquer ônus, passando desta forma a incorporar o patrimônio de **SUAPE**.

5.4. A **CONTRATADA** pagará mensalmente à **SUAPE** remuneração pela passagem e pelo uso das instalações públicas, bem como as tarifas portuárias incidentes estabelecidas na estrutura tarifária de **SUAPE**.

5.5. As interligações devem observar o PDZ/SUAPE - Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de **SUAPE**.

5.6. É vedado à **CONTRATADA** promover ações que venham a causar condições excludentes ou exclusivizantes no sistema operacional em benefício ou prejuízo a outros terminais interligados ou com, potencial de interligação ao Terminal Tequimar, sob pena de rescisão contratual.

5.7. A **CONTRATADA** deve manter o atendimento a todas as regras de segurança industrial e ao ISPS-CODE (Código Internacional de Segurança e Proteção de Navios e Instalações Portuárias), bem como à manutenção das condições de segurança operacional, em conformidade com as normas em vigor, respeitando o regulamento de exploração do porto.

5.8. A critério exclusivo de **SUAPE**, as benfeitorias instaladas pela **CONTRATADA** na área pública poderão ser restituídas no cancelamento do Contrato, ocorrendo a sua retirada por conta e risco da **CONTRATADA**.

5.9. A **CONTRATADA** assume inteira responsabilidade pelos danos materiais ou morais causados a **SUAPE** ou a terceiros e ao meio-ambiente, oriundos da execução de obras, serviços, manutenção, conservação e operação diretamente ou por seus prepostos, empregados ou terceiros por ela contratados.

5.10. A **CONTRATADA** deverá acatar as determinações da fiscalização de **SUAPE** e da **ANTAQ**, providenciando de imediato as correções que se fizerem necessárias, principalmente no que se refere às condições de segurança dos usuários.

5.11. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar e manter estacionamento de caminhões compatível para o volume de operações, sob pena de suspensão das suas atividades e serviços até a efetiva regularização desta obrigação contratual, quando aplicável.

5.12. A **CONTRATADA** se subordina e se obriga a atender todos os regulamentos, normas, portarias, ordens de serviço relativos ao uso das áreas, instalações bem como de operação do Porto de **SUAPE**.

5.13. A **CONTRATADA** é responsável pela manutenção e limpeza das áreas projetadas, e estipuladas no presente instrumento, bem como de todas as áreas no entorno do Terminal interligado.

5.14. A **CONTRATADA** deverá implementar as instalações no prazo máximo de 15 (quinze) meses a contar da aprovação do projeto executivo, excepcionalmente prorrogável em razão de ocorrência externa, devidamente justificada, antecedendo em 30 (trinta) dias a expiração desse prazo.

jur Câmara
AB/PE 28.138
SUAPE

Mauro Faício
AB/PE 28.405
SUAPE



CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução das obras e serviços decorrentes do Contrato, reservando-se à **SUAPE** o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a fiscalização e auditoria sobre a execução dos serviços e obras do Contrato, diretamente ou por prepostos oficialmente designados, e, para este efeito, a **CONTRATADA** se obriga notadamente a:

- a) Prestar esclarecimentos e informações solicitados por **SUAPE** e pela **ANTAQ** ou pelo preposto por elas designado, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, às áreas e instalações portuárias, bem como aos documentos relativos ao objeto do presente Contrato.
- b) Atender prontamente às reclamações, exigências ou observações feitas por **SUAPE** e pela **ANTAQ** ou pelo preposto por elas designado, com relação ao objeto do Contrato.
- c) Sustar qualquer parte das obras ou serviços em execução que, comprovadamente, não estejam sendo realizadas de acordo com a boa técnica e/ou em desacordo com as normas e diretrizes de **SUAPE**.

6.2. É competência da **ANTAQ** arbitrar na esfera administrativa, mediante solicitação de qualquer das partes, conflitos entre **SUAPE** e a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – SERVIÇO ADEQUADO

7.1. A execução do presente **CONTRATO** pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos tomadores dos serviços.

Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, fluidez de operação, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade dos preços respectivos:

- a) Regularidade: a prestação dos serviços e condições estabelecidas na PROPOSTA BÁSICA DE IMPLANTAÇÃO, neste **CONTRATO DE PASSAGEM** e nas normas técnicas aplicáveis;
- b) Continuidade: a manutenção, em caráter permanente, dos serviços objeto do presente contrato;
- c) Eficiência: a execução das operações portuárias e dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem qualitativa e quantitativamente o cumprimento dos objetos e das metas do **CONTRATO**;
- d) Atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos, dos métodos operacionais e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão dos serviços, na medida das necessidades dos usuários.

7.2. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- a) Motivada por razões de ordem técnica ou de segurança de pessoas e bens vinculados ao arrendamento;
- b) Por inadimplemento de **SUAPE**, considerando o interesse da coletividade.

CLÁUSULA OITAVA – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

8.1. O processo de licenciamento ambiental, bem como Programas de Monitoramento e Sistemas de Gestão Ambiental, para as instalações portuárias, objeto deste **CONTRATO**, são obrigatórias e serão de inteira

responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.2. O acompanhamento dos Programas Ambientais e demais atividades correlatas na área do Porto Organizado serão de responsabilidade da **SUAPE**.

8.3. A **CONTRATADA** efetuará o respectivo reembolso à **SUAPE**, do montante de eventuais custos das atividades relativas aos Programas Ambientais, referidos nesta Cláusula e especificamente alocados às instalações portuárias constante do presente **CONTRATO**, na forma e condições apresentadas e justificadas, na ocasião da ocorrência dessas despesas.

8.4. A **CONTRATADA** é responsável pela mitigação de dispersão, vazamentos ou derrames de produtos por caminhão, vagão e/ou sua linha de píer, destinados às suas instalações, bem como, responsável por campanha de contenção, retirada e destinação de vazamentos ou derrames de produtos nos sistemas de transporte, desde o PGL-1 até aos tanques/armazéns de retroárea, passando pelos sistemas de transportes (dutos).

8.5. A **CONTRATADA** subordina-se fielmente ao cumprimento do disposto na legislação federal, estadual e municipal, no que é pertinente à matéria de proteção ambiental, referente às suas obrigações assumidas por este **CONTRATO**.

8.6. A **CONTRATADA** enviará à **SUAPE**, além do que mais lhe for solicitado por esta, para atendimento de exigências feitas pelos órgãos competentes, relatório sobre:

- a) os eventuais impactos ambientais provocados em decorrência das obras executadas e das operações portuárias realizadas;
- b) as ações adotadas para mitigar ou compensar os efeitos dos eventuais impactos ambientais provocados;
- c) os impactos ambientais previstos e as subsequentes medidas de mitigação e compensação; e
- d) os danos ao meio ambiente, sempre que eventualmente venham a ocorrer.

9. CLÁUSULA NONA – GUARDA E VIGILÂNCIA DOS BENS

9.1. A **CONTRATADA** é responsável pela guarda e vigilância dos bens que integram o presente **CONTRATO**.

9.2. A **CONTRATADA** não poderá, por qualquer forma, alienar ou onerar os bens referentes ao objeto deste **CONTRATO**, sem a prévia anuência de **SUAPE**.

9.3. A **CONTRATADA** se obriga a informar à **SUAPE** e às autoridades públicas quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto deste **CONTRATO**.

9.4. Em nenhuma hipótese dar os bens arrendados como garantia fiduciária, trabalhista e qualquer outra forma de alienação, sob pena de imediata rescisão contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS

10.1. Todos os tributos, tarifas, preços e emolumentos federais, estaduais ou municipais, e demais encargos devidos em decorrência direta ou indireta das atividades deste Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, que os pagará sem direito a reembolso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES, SUA GRADAÇÃO E FORMA DE APLICAÇÃO

11.1. O descumprimento das disposições legais, contratuais e normativas, sujeitará a **CONTRATADA** à cominação, por **SUAPE**, das seguintes penalidades contratuais:

I- advertência;

II- multa;

III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com **SUAPE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer Autoridade Portuária, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Autoridade Portuária com a qual celebrou o contrato descumprido, mediante o ressarcimento pelos prejuízos resultantes e transcurso do prazo da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Autoridade Portuária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA GRADAÇÃO DAS PENALIDADES

Para a aplicação de penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, a vantagem auferida pelo infrator ou proporcionada a terceiros, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os antecedentes do infrator e a reincidência genérica ou específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA REINCIDÊNCIA

Entende-se por reincidência específica a repetição de falta independentemente da natureza.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DAS MULTAS

As multas estabelecidas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente com as demais penalidades de que tratam os incisos I, III e IV, sendo considerado, quando de sua aplicação, o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da infração e a gradação da penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO – DA BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo para a multa será de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 200% (duzentos por cento) do valor do **CONTRATO** atualizado ou do valor correspondente à indenização mensal por passagem, relativos ao mês anterior ao da aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO QUINTO – DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO DAS MULTAS

O pagamento das multas deverá ser efetuado pela **CONTRATADA** no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de cobrança da **SUAPE**, mediante pagamento da fatura a ser emitida pela **ADMINISTRAÇÃO DO PORTO**.

PARÁGRAFO SEXTO

O pagamento da multa não desobriga o contratado de corrigir as faltas praticadas ou falhas verificadas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA E SEGURO

12.1. A **CONTRATADA** obriga-se a prestar as garantias e seguros constantes desta cláusula, para coberturas de eventos que, em virtude do presente instrumento, possam demandar sanções indenizatórias nos termos da legislação pertinente, bem como seguros de equipamentos e instalações eventualmente disponibilizados pela

SUAPE, cabendo à Administração do Porto dispor de sua utilização sempre que seja necessário, nos casos estabelecidos neste contrato.

12.2. Os seguros contratados deverão entrar em vigência concomitantemente ao início da execução das obras, serviços e operações inerente ao objeto do **CONTRATO DE PASSAGEM**, e deverão estar atualizados pelos valores de reposição patrimoniais ao longo do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – GARANTIAS EXIGIDAS

Em garantia ao bom cumprimento das obrigações assumidas neste **CONTRATO**, a **CONTRATADA** prestará, em favor de **SUAPE**, caução no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor do **CONTRATO**, durante todo o tempo de sua vigência.

A garantia, a critério da **CONTRATADA**, poderá ser prestada numa das seguintes modalidades e deverá estar constituída no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados de assinatura do presente **CONTRATO**:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes serem emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

SUAPE recorrerá à garantia sempre que seja necessário, nos casos estabelecidos neste contrato.

Sempre que **SUAPE** recorrer à garantia, a **CONTRATADA** deverá proceder à reposição do valor utilizado, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação daquela utilização.

O recurso à garantia será efetuado por meio de comunicação escrita dirigida por **SUAPE** à **CONTRATADA** e será imediatamente aplicável sem qualquer outra formalidade.

As garantias somente serão devolvidas ou liberadas depois de satisfeitas as condições para as quais foram oferecidas, respectivamente:

- a) Relativas ao cumprimento do **CONTRATO**: até 180 dias após a extinção do **CONTRATO DE PASSAGEM**, deduzidas, quando for o caso, as despesas, multas, e eventuais indenizações de responsabilidade da **CONTRATADA** e, quando em dinheiro será atualizada monetariamente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRANSFERÊNCIA DE BENS

13.1. A relação dos bens que fazem parte deste **CONTRATO DE PASSAGEM** será atualizada em conjunto pelas partes por ocasião do término de cada uma das obras e modificações significativas que venham a ocorrer durante a vigência deste **CONTRATO**.

13.2. A transferência dos bens, por ocasião de sua reversão, será realizada mediante "Termo" assinado por representante de **SUAPE** e por representante legal da **CONTRATADA**, com indicação detalhada do estado de conservação dos mesmos.

13.3. Os bens deverão ser mantidos em condições normais de uso, de forma que, ao final do contrato, encontre-se em perfeito estado, exceto pelo resultado normal do processo de desgaste físico.

13.4. Caso a entrega dos bens para **SUAPE** não se verifique nas condições exigidas no parágrafo anterior, a

8

Artur Câmara
OAB/PE 28.138
SUAPE

Rodovia PE-60 – Km 10 – Engenho Massangana – Ipojuca – PE – Brasil – CEP 55590-000
Fone: 55 (0) 81 3527-5000 – Fax: 55 (0) 81 3527-4220 – E-mail: suape@suape.com.br - http://www.suape.com.br

Mauro Falcão
OAB/PE 28.405
SUAPE



CONTRATADA indenizará, devendo a indenização ser calculada nos termos legais, preferencialmente mediante acordo entre as partes, este mediado por pessoa idônea escolhida pelas partes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. Extingue-se o **CONTRATO** por:

I - término do prazo;

II - caducidade;

III - anulação;

IV - rescisão administrativa unilateral, amigável ou judicial;

V - falência ou extinção da **CONTRATADA**.

14.2. **SUAPE** procederá aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assunção da infraestrutura para o transporte de cargas, salvo na hipótese de término do prazo contratual, quando essas providências deverão ser adotadas com antecedência.

14.3. A incorporação, no término do prazo contratual, será feita sem indenização, salvo no caso de novos investimentos, autorizados por **SUAPE**, caso em que esta pagará indenização com base no valor residual dos registros contábeis da **CONTRATADA**.

14.4. A inexecução total ou a reiterada inexecução parcial do **CONTRATO DE PASSAGEM** acarretará a aplicação das sanções nele previstas, sem prejuízo do respectivo processo administrativo.

14.5. **SUAPE** poderá rescindir o contrato unilateralmente, por interesse público comprovado, caso em que a **CONTRATADA** será indenizada em montante a ser definido mediante processo administrativo regular.

14.6. Rescindido, unilateralmente, o Contrato, é facultado à **SUAPE**, após o pagamento da indenização utilizar a infraestrutura.

14.7. Rescindido o Contrato, não resultará para **SUAPE** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações e compromissos com terceiros ou empregados de responsabilidade da **CONTRATADA**.

14.8. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da **CONTRATADA**, mediante ação judicial específica, no caso de descumprimento por **SUAPE** de obrigações legais, regulamentares ou contratuais, respeitado o direito à indenização, hipótese em que os serviços prestados pela **CONTRATADA** não poderão ser interrompidos ou paralisados até o trânsito em julgado da decisão judicial.

14.9. O término antecipado do **CONTRATO**, resultante de rescisão amigável, será obrigatoriamente precedido de justificação, que demonstre o interesse público do distrato, devendo o respectivo instrumento conter motivações claras e pormenorizadas sobre a composição patrimonial decorrente do ajuste.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REVISÃO

15.1. Durante a vigência do Contrato, as partes se reservam o direito de rever ou aditar, com o objetivo de suprir possíveis omissões e/ou aperfeiçoá-lo, em especial quanto a aperfeiçoamento do marco regulatório portuário, mediante prévia autorização da **ANTAQ**.

15.2. Na hipótese de posterior determinação da **ANTAQ** acerca do conteúdo deste **CONTRATO**, as **PARTES** deverão revisar o **CONTRATO**, preferencialmente através de termo aditivo, visando atender a determinação do

órgão regulador.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Esgotados os recursos administrativos perante a **ANTAQ**, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, elegem as partes do foro da Comarca de Ipojuca (PE), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. Este Contrato é firmado pela **SUAPE** e a **CONTRATADA**, em duas vias, lido e achado conforme as partes e as testemunhas.

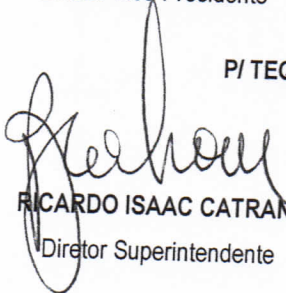
Ipojuca (PE), 13 de agosto de 2014.

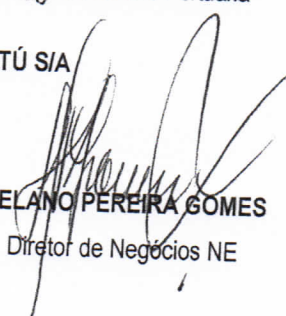
PI SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS



CAIO CAVALCANTI RAMOS
Diretor Vice-Presidente


LEONARDO CERQUINHO MONTEIRO
Diretor de Gestão Portuária

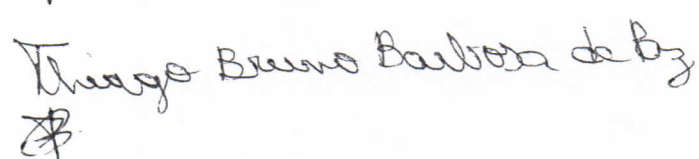
PI TEQUIMAR – TERMINAL QUÍMICO DE ARATÚ S/A


RICARDO ISAAC CATRAN
Diretor Superintendente


HELANO PEREIRA GOMES
Diretor de Negócios NE


Thommyres Lurba Neto Silva

CPF/MF: 108.160.174-41


Thiago Bruno Barbosa de Bz

CPF: 086.894.344-45

Artur Câmara
OAB/PE 28.138
SUAPE